

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 6.093, DE 2023

Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, dispondo sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, de forma a garantir sua imparcialidade e eficiência.

Autora: Deputada CORONEL FERNANDA

Relator: Deputado ALCEU MOREIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.093, de 2023, de autoria da Deputada Coronel Fernanda, objetiva regulamentar o art. 231 da Constituição Federal, dispondo sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, de forma a garantir sua imparcialidade e eficiência.

Em seu art. 1º o PL define que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são aquelas habitadas em caráter permanente em 5 de outubro de 1988, e as necessárias à sua reprodução física e cultural.

O PL condiciona a existência de orçamento para que se inicie o processo de demarcação, assegurando recursos suficientes para o custeio do procedimento.

Quanto à condução do processo, propõe que o Ministério da Justiça coordene o procedimento de demarcação, com a participação dos Ministérios dos Povos Indígenas, da Agricultura e Pecuária, e do Desenvolvimento Agrário. O procedimento será iniciado pelo Ministro da Justiça e da Segurança Pública, mediante requerimento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).



O grupo técnico responsável pelos estudos será composto por equipes multidisciplinares com representantes técnicos e locais, incluindo proprietários e possuidores da área. O prazo máximo para conclusão dos trabalhos é de 180 dias, prorrogáveis por igual período.

Prevê a realização de audiência pública em cada município afetado pelo procedimento, garantindo ampla convocação e participação da comunidade. Além disso, o procedimento administrativo será público e disponível para consulta, respeitando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Qualquer interessado poderá se manifestar sobre o relatório final do grupo técnico, apresentando razões e provas pertinentes para pleitear indenização ou demonstrar vícios no relatório.

Determina compensação financeira para proprietários ou possuidores de boa-fé, abrangendo a terra nua e benfeitorias, com garantia de uso da área até o pagamento da indenização devida.

O Ministro da Justiça poderá suspender o procedimento administrativo em caso de invasão de propriedades, ameaças ou atos de coação contra proprietários não indígenas até a resolução da situação conflituosa.

Veda a ampliação de terras já demarcadas, limitando ajustes territoriais futuros e exigindo que, nos casos de novas demarcações próximas a áreas já demarcadas, o grupo técnico justifique não se tratar de ampliação.

O projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Finanças e Tributação (art. 54 RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é prioridade, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 6.093, de 2023, de autoria da Deputada Coronel Fernanda, visa regulamentar de maneira detalhada e eficiente o procedimento de demarcação de terras indígenas, conforme o artigo 231 da Constituição Federal, garantindo a imparcialidade e transparência do processo.

Para tanto, adota como referência a data de 5 de outubro de 1988, correspondente à promulgação da Constituição Federal, para determinar as terras de ocupação tradicional indígena. Essa medida promove segurança jurídica e evita penalizar colonos incentivados pelo próprio Estado a ocupar terras anteriormente consideradas inóspitas, mas que hoje possuem relevância social e econômica.

A definição clara das terras tradicionais e a exigência de dotações orçamentárias específicas buscam garantir que os estudos e demarcações sejam realizados de maneira contínua e sem interrupções por falta de recursos. A composição multidisciplinar do grupo técnico, incluindo representantes de diferentes áreas do conhecimento e dos governos locais, assegura uma abordagem abrangente e rigorosa na realização dos estudos de campo.

Além disso, o projeto prevê a coordenação do procedimento pelo Ministério da Justiça, com a participação de diversos Ministérios e dos municípios afetados. Essa abordagem busca garantir a imparcialidade do processo, afastando a interferência de interesses individuais ou setoriais.

A transparência também é um ponto fundamental do projeto, que estipula a realização de audiências públicas em cada município afetado pelo procedimento administrativo. Isso permite que todas as partes envolvidas possam se manifestar e contribuir para o processo de demarcação, promovendo um diálogo mais democrático e inclusivo, fortalecendo a legitimidade do processo.

Outro aspecto relevante do projeto é a garantia de indenização e direito de retenção para os não indígenas que ocupem a área de boa-fé. Isso



demonstra uma preocupação com a justiça social e a proteção dos direitos dos cidadãos brasileiros, independentemente de sua origem étnica.

Portanto, o projeto de lei representa um avanço significativo na busca de soluções para os conflitos relacionados à demarcação de terras indígenas, promovendo a conciliação de interesses e a garantia dos direitos de todas as partes envolvidas. Sua aprovação e implementação são essenciais para garantir a paz social e o respeito à diversidade étnica e cultural do Brasil.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.093, de 2023, e conclamamos os nobres pares a nos acompanharem.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ALCEU MOREIRA
Relator

2024-16823

